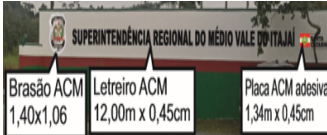




TERMO DE REFERÊNCIA
Processo SGPe: 69551/2024
Pedido de Aquisição: 5022/2024

ÓRGÃO SOLICITANTE				
FUNDO ROTATIVO REGIONAL MÉDIO VALE DO ITAJAÍ				
1. OBJETO				
Aquisição de placas de identificação externa e interna dos prédios públicos das unidades prisionais e Superintendência Regional do Médio Vale do Itajaí, a fim de promover a adequação à nova identidade visual da Polícia Penal Catarinense, bem como proporcionar maior segurança e efetividade na prestação dos serviços públicos.				
1. Especificações e Quantidades				
Superintendência Regional do Médio Vale do Itajaí				
Item	Descrição do Item	Imagem	Quantidade/ Unidade	Preço médio unitário
1	Brasão Adesivado (sala reunião, sala superintendência) Acrílico, 0,80x1,05.		2 peças	571,81
2	Brasão Adesivado (Casarão, Recepção) ACM, 0,80x1,05. (espessura acm 3 mm)		2 peças	370,13
3	Placa de Estacionamento de Visitante – ACM, 1,48x0,31. (espessura acm 3 mm)		1 peça	195,03
4	Brasão para Portas (adesivo - 0,40x0,52);		37 peças	34,26
5	Brasão Portão Lateral (adesivo, 1x1,31).		1 peça	160,78

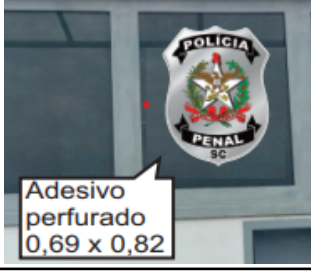


6	Placa Outdoor Entrada (dimensões conforme imagem) (espessura acm 3 mm)		1 peça	4.058,07
7	Letreiro Muro + Brásão + Bandeira (dimensões conforme imagem) (espessura acm 3 mm)		1 peça	5.064,85
8	Perfurado Porta da Recepção (perfurado, 0,90x2,20)		1 peça	282,97
9	Vidro com Prolongador Adesivado, logotipo Santa Catarina (vidro, 1,10X0,41)		1 peça	489,04
10	Placa Guarita Entrada, ACM, (4,5 X 1,32) (espessura acm 3 mm)		1 peça	3.630,30
11	Placa de Identificação das Portas Internas, ACM. (0,35x 0,15), (espessura acm 3 mm)		25 peças	37,41
12	Brasão para Portas, Adesivo (0,40x0,52)		2 peças	52,03

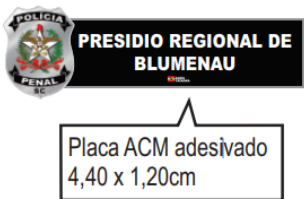


13	Logo em recorte para Vidro, Adesivo (0,40x0,80)		1 peça	117,03
14	Brasão Adesivado, Acrílico (0,90x0,90)		1 peça	575,40
15	Letreiro NOT 07 , Material: PVC (0,80x0,15)		1 peça	214,27
16	Brasão Sala de Reunião NOT, ACM (0,40x0,30). (espessura acm 3 mm)		2 peças	211,47
17	Placa entrada NOT com estrutura + pé, ACM (1,40x0,45). (espessura acm 3 mm)		1 peça	1.306,40
18	Placa de Identificação das Portas Internas, ACM. (0,35x 0,15), (espessura acm 3 mm)		6 peças	37,41
Penitenciária Industrial de Blumenau				
Item	Descrição do Item	Imagem	Quantidade/ Unidade	Preço médio unitário



19	Brasão adesivado, Acrílico (0,80x1,05)	 Brasão Acrílico 0,80x1,05	1 peça	601,30
20	Brasão adesivado, ACM (0,80x1,05) (espessura acm 3 mm)	 Brasão ACM 0,80x1,05	3 peças	411,73
21	Brasão adesivado, Adesivo (0,40x0,52)	 ADESIVO BRASÃO 0,40X0,52	10 peças	50,02
22	Perfurado Guarita, Perfurado (0,69x0,82)	 Adesivo perfurado 0,69 x 0,82	1 peça	105,53
23	Perfurado Janela Bandeira, Perfurado (2,16x0,87)	 Adesivo perfurado 2,16 x 0,87	1 peça	267,91



24	Brasão para Placa + Logo Estado SC, Adesivo (medidas conforme imagem)		1 peça	612,27
25	Placa de Identificação das Portas Internas, ACM. (0,35x 0,15), (espessura acm 3 mm)		90 peças	37,41
26	Brasão Adesivo Torre Caixa d'Água, Adesivo (3,00x2,30)		1 peça	1.840,57
Presídio Regional de Blumenau				
Item	Descrição do Item	Imagem	Quantidade/ Unidade	Preço médio unitário
27	Placa para Portão de Entrada, ACM (4,40x1,20) (espessura acm 3 mm)		1 peça	2.649,30
28	Logo Portão de Entrada, ACM (0,80x1,05) (espessura acm 3 mm)		1 peça	411,73



29	Brasão, Adesivo (0,40x0,52)	 adesivos Brasão 0,40x0,52	10 peças	52,03
30	Brasão para Torre da Caixa d'Água, ACM (3,00 x 2,30) (espessura acm 3 mm)	 Brasão ACM 3,00 x 2,30  Brasão ACM 3,00 x 2,30	1 peça	3.453,03
31	Brasão Acrílico, Acrílico (0,80x1,05)	 Brasão Acrílico 0,80x1,05	1 peça	601,30
32	Placa de Identificação das Portas Internas, ACM. (0,35x 0,15), (espessura acm 3 mm)		52 peças	37,41
Presídio Regional de Indaial				
Item	Descrição do Item	Imagem	Quantidade/ Unidade	Preço médio unitário



33	Brasão, Acrílico (0,80x1,05)	 Brasão Acrílico 0,80x1,05	2 peças	601,30
34	Brasão, ACM (0,80x1,05) (espessura acm 3 mm)	 Brasão ACM 0,80x1,05	1 peça	411,73
35	Brasão para Placa, Adesivo (0,80x1,05)	 Brasão Adesivo 0,80x1,05	1 peça	213,73
36	Brasão para Totem, Adesivo (1,17x0,89)	 Adesivo Brasão 1,17 x 0,89	1 peça	118,84

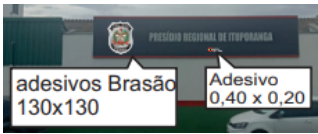
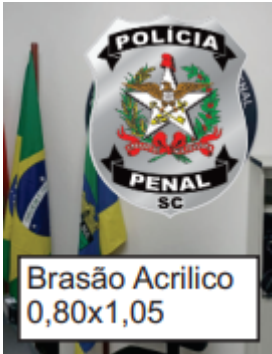


				
37	Brasão para Portão, Adesivo (1,20x1,50)		1 peça	245,73
38	Brasão para Portas, Adesivo (0,40x0,52)		8 peças	52,03
39	Placa de Identificação das Portas Internas, ACM. (0,35x 0,15), (espessura acm 3 mm)		15 peças	37,41
Presídio Regional de Rio do Sul				
Item	Descrição do Item	Imagem	Quantidade/ Unidade	Preço médio unitário



40	Brasão, Adesivo (0,40x0,52)	 adesivos brasão 0,40x0,52	8 peças	52,03
41	Brasão, ACM (0,80x1,05) (espessura acm 3 mm)	 Brasão ACM 0,80x1,05	1 peça	411,73
42	Brasão, Acrílico (0,80x1,05)	 Brasão Acrílico 0,80x1,05	1 peça	539,42
43	Placa entrada, ACM (4,30m x 1m) (espessura acm 3 mm)	 Placa ACM adesivado 4,30 x 1,00 m	1 peça	2.810,07
44	Placa de Identificação das Portas Internas, ACM. (0,35x 0,15), (espessura acm 3 mm)		42 peças	37,41



Presídio Regional Ituporanga				
Item	Descrição do Item	Imagem	Quantidade/ Unidade	Preço médio unitário
45	Brasão para Placa de Entrada + Logo Estado SC, Adesivo, (medidas conforme imagem)		1 peça	319,32
46	Brasão, Adesivo (0,40x0,52)		4 peças	52,03
47	Brasão, Acrílico (0,80x1,05)		1 peça	601,30
48	Brasão, ACM (0,80x1,05) (espessura acm 3 mm)		3 peças	411,73



49	Brasão Torre Guarita, ACM, (2 x 1,50) (espessura acm 3 mm)	 Brasão ACM 2,00x1,50 	1 peça	2.291,67
50	Placa de Identificação das Portas Internas, ACM. (0,35x 0,15), (espessura acm 3 mm)		5 peças	37,41

OBS: OS ITENS DEVEM SER INSTALADOS POR PARTE DA CONTRATADA NAS RESPECTIVAS UNIDADES PRISIONAIS, BEM COMO NA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ.

Modelo com a escrita de cada placa será disponibilizado para a vencedora após o término da cotação eletrônica.

1.2. Da natureza do objeto

(X) Não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto n.º 2.355, de 16 de dezembro de 2022;

(X) Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A Justificativa da contratação encontra-se pormenorizada no tópico: Documentos de Oficialização de Demanda.

3. DOS PARAMETROS DA LICITAÇÃO

3.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP?

() Sim



☒ Não

3.1.1 Justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços:

☐ quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes, com maior celeridade e transparência;

☐ quando for conveniente a compra de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e

☐ quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração Pública.

3.2. Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014):

☒ Valor referencial inferior a R\$ 80.000,00 por item (participação exclusiva para ME/EPP).

☐ Valor referencial superior a R\$ 80.000,00 por item (participação exclusiva para ME/EPP).

☐ Valor referencial superior a R\$ 80.000,00 de natureza divisível (com cota para ME/EPP).

☐ Valor referencial superior a R\$ 80.000,00 de natureza divisível, porém não sendo aplicável tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte por não ser mais vantajoso para a administração pública.

Justificativa: legal.

3.2.1. Percentual para aplicação do Art. 48 da Lei Complementar n.º 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014)

3.3. Haverá necessidade de vistoria prévia (visita técnica)?

☐ Vistoria obrigatória

☐ Vistoria facultativa

☒ Não será exigida vistoria

Justificativa: materiais de pronta entrega e de pouca complexidade e valor.

3.4. Será admitida a participação de consórcios?

☐ Não

☒ Sim

Justificativa: Maior competição.

3.5. Será admitida a participação de cooperativas?

☐ Não

☒ Sim



3.6. Será admitida a subcontratação?

☒ Não

☐ Sim

3.7. Do agrupamento de itens em lotes

A aquisição/contratação se dará em lotes?

☒ Não

☐ Sim

Justificativa: não, pois o caráter homogêneo dos itens não será empecilho para o fornecimento e para lances no pregão.

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços (para análise da equipe técnica na fase de julgamento da proposta final de preços):

☐ Não

☒ Sim

Os previstos neste termo de referência.

4.2. Será exigido amostra do(s) produto(s)/demonstração do(s) serviço(s):

☒ Não

☐ Sim

Se sim:

Prazo para apresentação: _____

Quantidade de amostras: _____

Unidade técnica responsável pela análise das amostras: _____

Local de entrega das amostras: _____

Condições e critérios de avaliação e julgamento da amostra e/ou da demonstração dos servos:

Item	Código	Critério de avaliação das amostras/protótipos



4.3. Será exigida prova de conceito?

(x) Não

() Sim

Se sim:

Prazo para apresentação/demonstração: _____

Endereço de entrega/demonstração: _____

Critérios de avaliação:

Item	Código	Critério de avaliação da prova de conceito

4.4. Será exigida carta de solidariedade?

(x) Não

() Sim

Se sim, justificativa: _____

4.5. Será exigida garantia de proposta?

(x) Não

() Sim

Se sim, justificativa: _____

5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



5.1. Habilitação Jurídica

(x) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

(x) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

(x) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

(x) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

(x) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

(x) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

(x) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

(x) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

(x) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

(x) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.



(x) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

(x) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

(x) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

(x) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

5.3. Qualificação econômico-financeira

() Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

() Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

() Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de. % [até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).



O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

5.4. Qualificação técnica

() Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional (escrever por extenso, se o caso), em plena validade.

() Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

[...] _____

[...] _____

[...] _____

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

() Prova de atendimento aos requisitos, previstos na lei

Outras exigências de qualificação técnica:

--

Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

(x) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o



disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

(x) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

(x) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

(x) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

(x) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

(x) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

g) a última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Prazo de entrega/execução

Até 20 (vinte) dias úteis contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

6.2. Local, horário e endereço de entrega

- **Superintendência do Médio Vale do Itajaí:** Rua Silvano Cândido da Silva, Nº 4601, Bairro Ponta Aguda, Blumenau/SC CEP:89050287;
- **Penitenciária Industrial de Blumenau:** Rua Silvano Cândido da Silva, Nº 4601, Bairro Ponta Aguda, Blumenau/SC CEP:89050287;
- **Presídio Regional de Blumenau:** Rua General Osório, 4585, bairro Passo Manso, Blumenau/SC, CEP: 89032-239;
- **Presídio Feminino Regional de Ituporanga:** Rua Governador Jorge Lacerda, 72 - Centro, Ituporanga/SC, CEP: 88400-000;
- **Presídio Regional de Rio do Sul:** Estrada Geral Serra Canoas, s/nº, bairro Fundo Canoas, Rio do Sul/SC;
- **Presídio Regional de Indaial:** Rua Otto Stange, 127, bairro Estados, Indaial/SC, CEP: 89086-045.



6.3. Bens perecíveis

- ☒ Não
☐ Sim

Se sim, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a..... () (dias, meses ou anos), ou a (metade, um terço, dois terços, etc.) do prazo total recomendado pelo fabricante.

6.4. Garantia de execução do contrato

Será exigida garantia de execução do contrato, nos moldes do Arts 96 a 102 da Lei nº 14.133/21, em valor correspondente a % do valor total do contrato?

- ☐ Não
☐ Sim

Se sim, justificativa:

6.5. Garantia do produto/serviço, manutenção e assistência técnica

- ☒ Garantia e/ou assistência técnica

Especificar condições: Garantia Legal, nos termos do Art. 26 do Código de Defesa do Consumidor - LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.

7. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

7.1 Da contratada

Obriga-se a empresa vencedora:

- atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- reparar, corrigir, remover às suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da



entrega do produto;

- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- n) realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital: https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portal-externo/).

7.2 Da contratante

Obriga-se a Administração/Contratante:

- a) comunicar à Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de



habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação.

8. DO CONTRATO

8.1. INSTRUMENTO CONTRATUAL

- ☐ Somente por assinatura de contrato
- ☐ Autorização de Fornecimento + contrato de garantia e assistência técnica
- ☒ Autorização de Fornecimento
- ☐ Outro. _____

8.2. VIGÊNCIA

- ☐ O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- ☐ O prazo de vigência da contratação é de (máximo de 5 anos) contados do(a), prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- ☐ O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que [.], sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando [...] OU o Estudo Técnico Preliminar.

8.3. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Gestor:

Nome: Giovani Manfredini Queiroz
Cargo: Policial Penal
Matrícula: 350435201
E-mail: sr07@pp.sc.gov.br

Fiscal:

Nome: Lucas de Mattos Gaspar
Cargo: Policial Penal
Matrícula: 387008101
E-mail: sr07cfrl@pp.sc.gov.br

Fiscal:

Nome: Rafael Visentainer Adami
Cargo: Policial Penal
Matrícula: 627.929-5
E-mail: pe12cap@pp.sc.gov.br



Fiscal:

Nome: Maicon Ronald Alves
Cargo: Policial Penal
Matrícula: 323881403
E-mail: pe12@pp.sc.gov.br

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1 Prazos

Prazo de troca de bens rejeitados: 90 dias corridos.

Prazo de recebimento definitivo do objeto: 30 dias corridos.

Prazo de liquidação do documento fiscal: conforme calendário de pagamento do Poder Executivo.

Prazo de pagamento: conforme calendário de pagamento do Poder Executivo.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão/Unidade Orçamentária	Subação	Natureza	Fonte
540089	015672	33.90.30.44	2.501.240.000

11. DO VALOR ESTIMADO

O valor máximo estimado será de **R\$ R\$ 52.804,55 (cinquenta e dois mil, oitocentos e quatro reais e cinquenta e cinco centavos)**

12. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

13. INDICAÇÃO REPONSÁVEL NO ÓRGÃO PELOS ENCAMINHAMENTOS

Nome: Ricardo da Silva Morlo
E-mail: sr07cfrl@pp.sc.gov.br
Telefone institucional: (47) 3378-8594

Giovani Manfredini Queiroz
Policial Penal
Matrícula: 350435201
Ordenador Primário
do Fundo Rotativo Regional do
Médio Vale do Itajaí
[Assinado digitalmente]



Assinaturas do documento



Código para verificação: **J84C5RQ7**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



GIOVANI MANFREDINI QUEIROZ (CPF: 909.XXX.439-XX) em 19/08/2024 às 11:57:39

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:57:07 e válido até 13/07/2118 - 13:57:07.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0FQXzlwMTQwXzAwMDY5NTUxXzY5ODk4XzlwMjRfSjg0QzVSUTc=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SAP 00069551/2024** e o código **J84C5RQ7** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.